

*Consad – Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração*

# Situação Fiscal e Financeira dos Estados: LRF diante da Crise Econômica Nacional

**Pedro Jucá Maciel**

Senado Federal

*Brasília, 19 de novembro de 2015*

## Sumário: as cinco perguntas que precisam ser respondidas

- I. Por que chegamos nesta situação fiscal?**
- II. Como está o processo de ajuste dos estados neste ano?**
- III. Quais são as perspectivas?**
- IV. Quais problemas já diagnosticados e as medidas a serem endereçadas?**

# Por que chegamos nesta situação fiscal?

## **I. Menor crescimento das receitas**

- Menor dinamismo da economia
- Política de desonerações

## **II. Maior comprometimento das despesas**

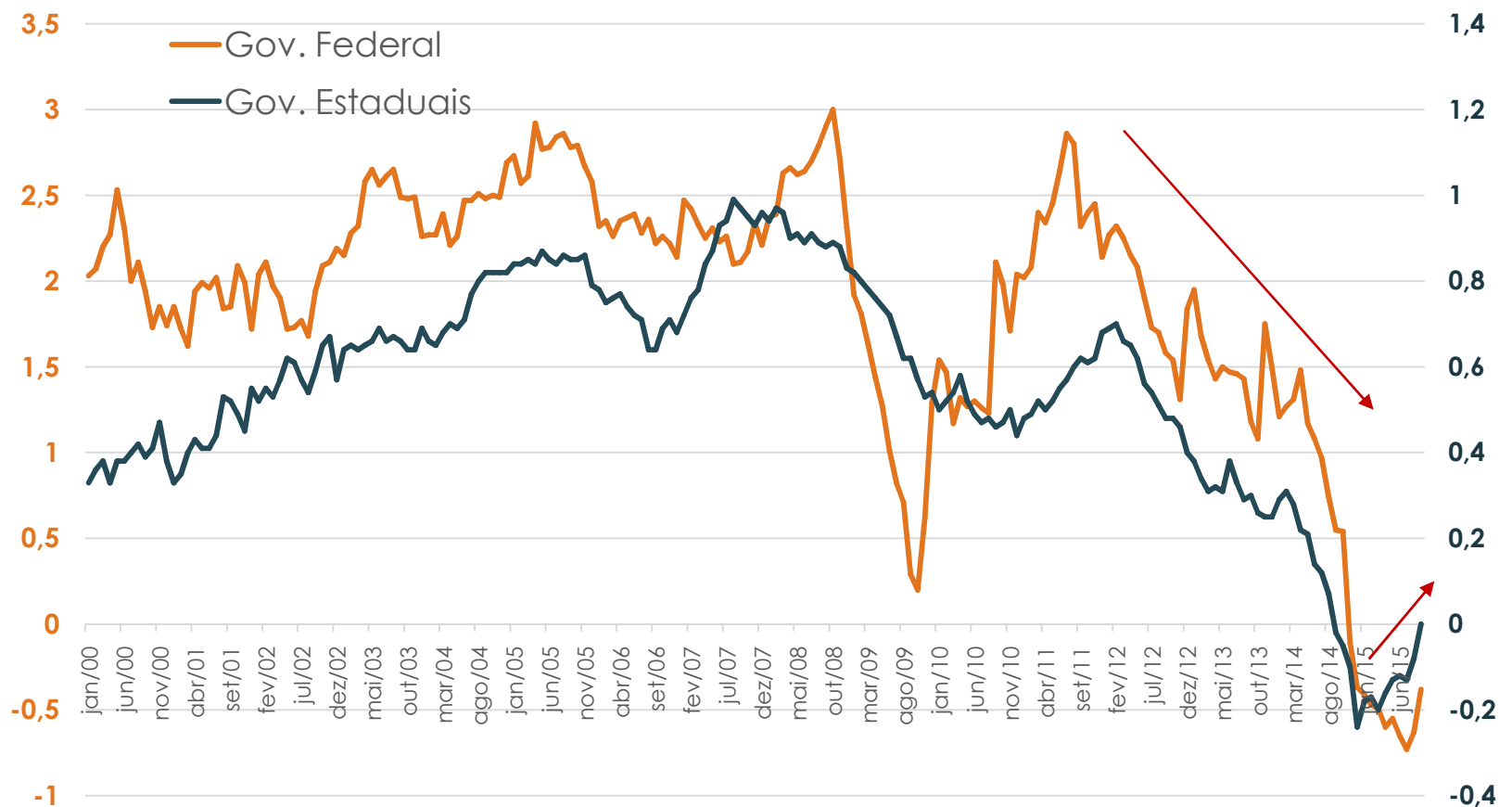
- Notadamente despesas de pessoal

## **III. Ampliação do espaço para endividamento dos estados**

## **IV. Incapacidade do marco regulatório em coibir o processo de deterioração (“criatividade destrutiva”)**

# Os sinais de deterioração fiscal são claros, assim como o processo de ajuste (estados)

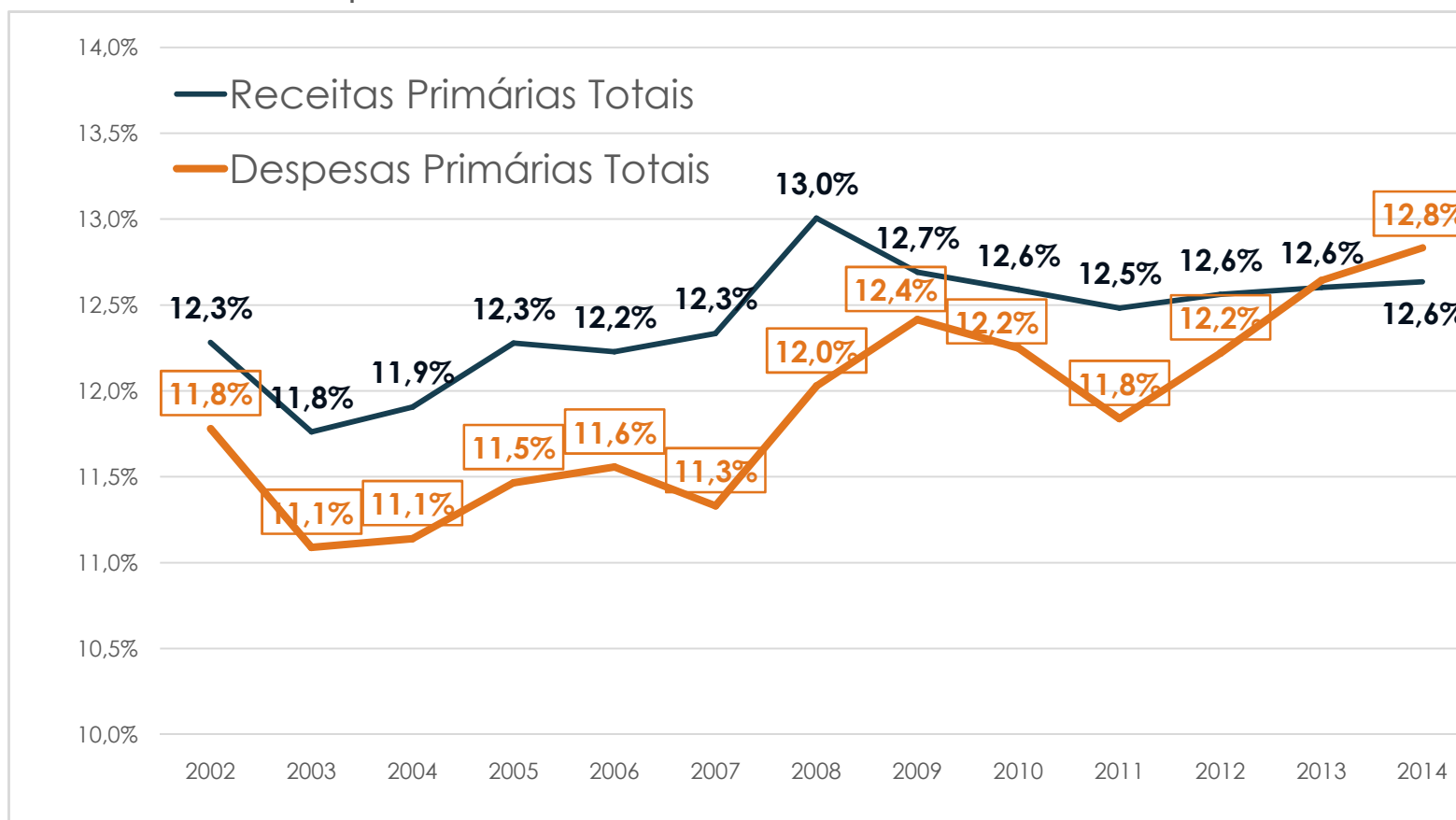
Resultado Primário, acumulado em 12 meses, em % PIB



Fonte: Balanço Orçamentário, Secretaria do Tesouro Nacional  
Elaboração Própria

# Processo de deterioração fiscal pela expansão das despesas e manutenção das receitas

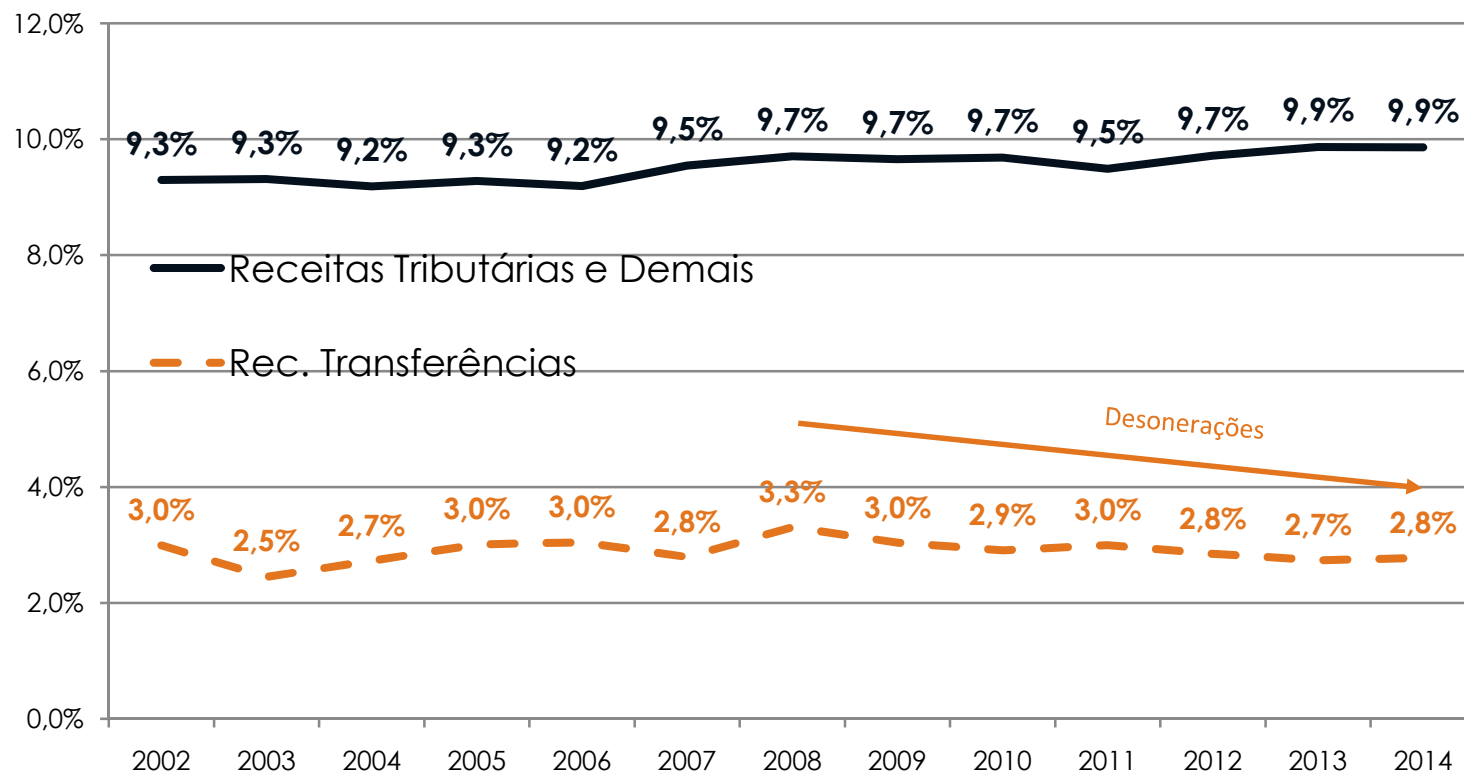
Receitas e Despesas Primárias, em % PIB



Fonte: Balanço Orçamentário, Secretaria do Tesouro Nacional  
Elaboração Própria

# A partir de 2008, há queda das transferências pelas desonerações e relativa estabilidade das receitas tributárias

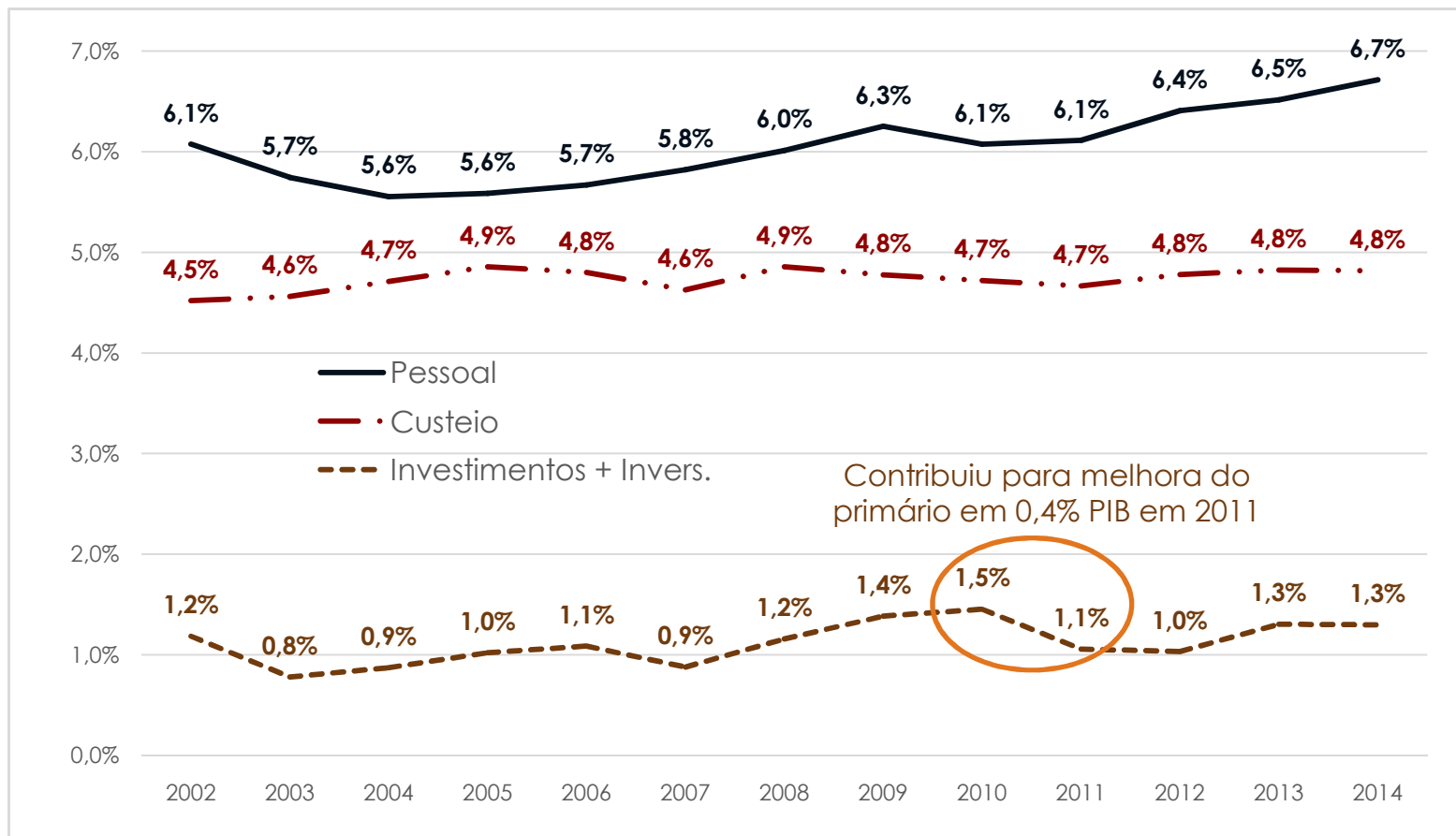
Receitas Primárias, em % PIB



Fonte: Balanço Orçamentário, Secretaria do Tesouro Nacional  
Elaboração Própria

# Do lado das despesas, forte aumento de pessoal, manutenção do custeio e flutuação dos investimentos

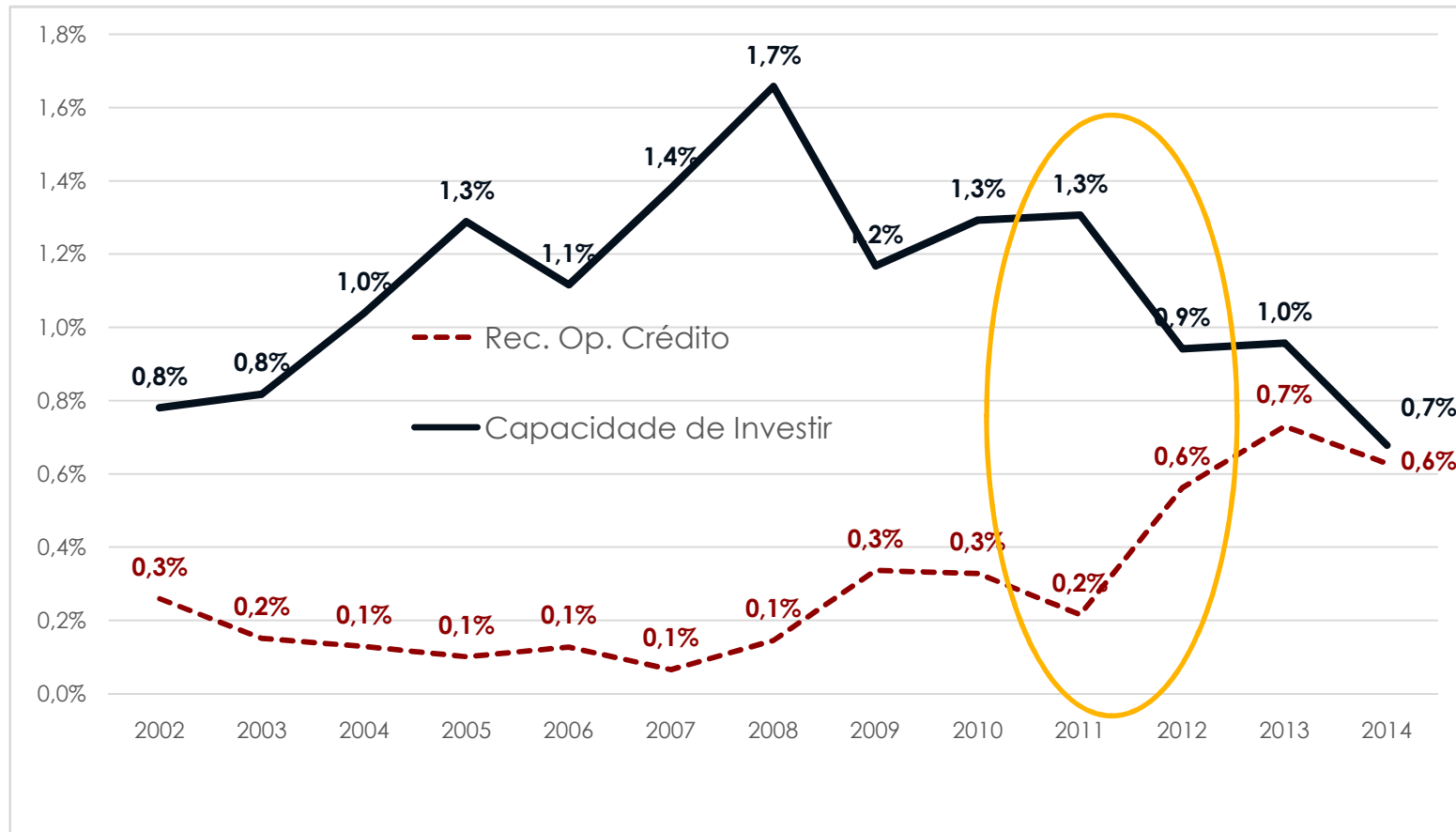
Despesas Primárias, em % PIB



Fonte: Balanço Orçamentário, Secretaria do Tesouro Nacional

# Capacidade de investir com recursos próprios cai quando ocorre elevação do endividamento (troca de fontes)

Em % PIB



\* Capacidade de investir = Receitas correntes menos despesas correntes

Fonte: Balanço Orçamentário, Secretaria do Tesouro Nacional

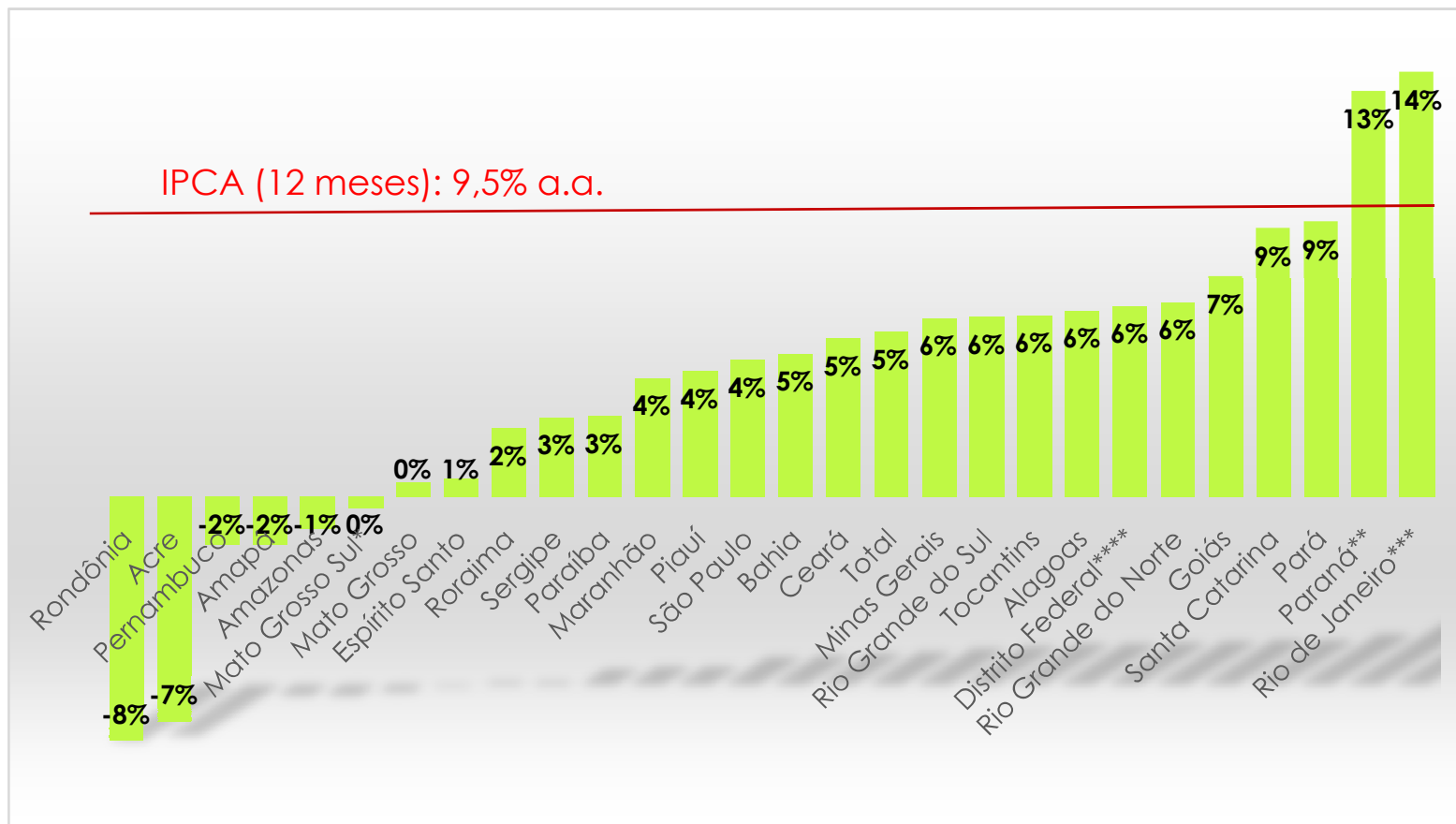


# Como está sendo o processo de ajuste?

- I. Medidas tributárias ainda não reverteram queda real das receitas**
  - Fatores que ajudaram: tentativas com REFIS e alta dos preços dos administrados (energia elétrica)
  - Fatores que atrapalharam: princípio da anterioridade tributária, preço do petróleo (royalties), transferências federais e, principalmente, queda da atividade econômica.
- II. Incapacidade do corte das despesas obrigatória**
- III. Forte retração dos investimentos**
- IV. Melhora do resultado primário, piora da qualidade fiscal**
- V. Problemas financeiros que levam a atrasos nos pagamentos**

# Queda real das receitas primárias para a maioria dos estados

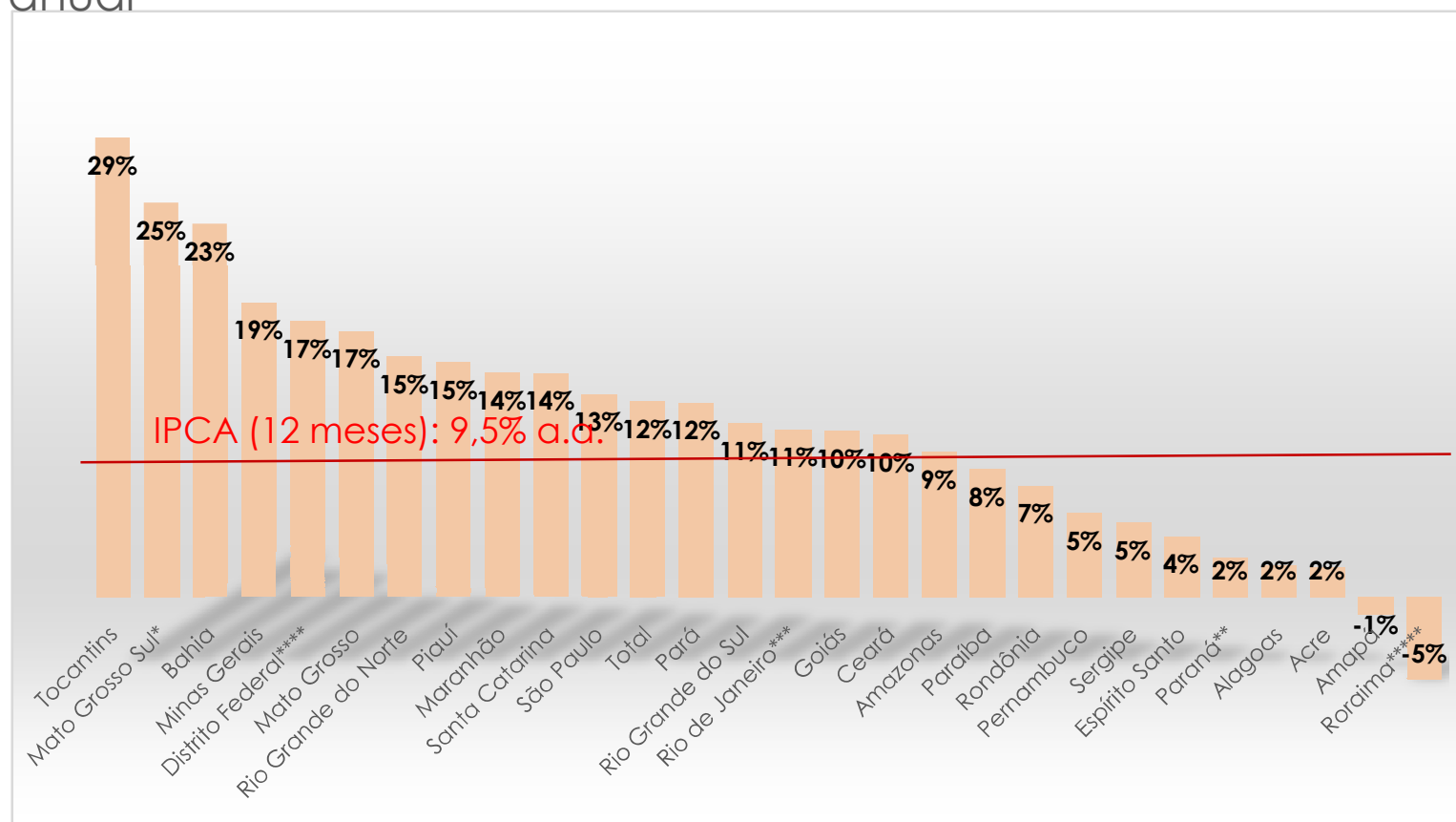
Receitas primárias, acumulado até 4 bimestre 2015, variação anual



Fonte: RREO, Secretaria do Tesouro Nacional  
Elaboração Própria

# Manutenção do forte crescimento das despesas de pessoal

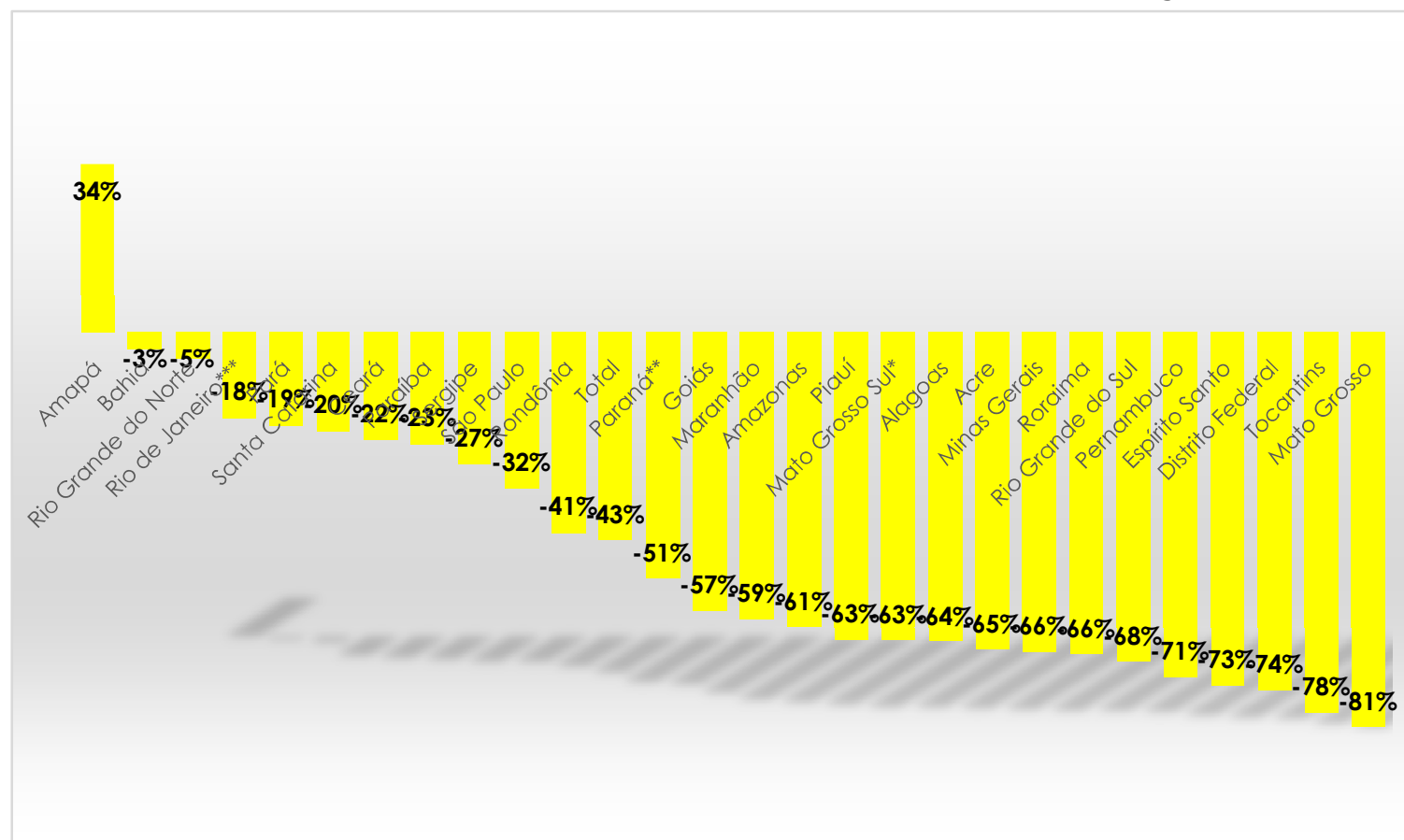
Despesas de pessoal, acumulado até 4 bimestre 2015, variação anual



Fonte: RREO, Secretaria do Tesouro Nacional  
Elaboração Própria

# Forte retração dos investimentos

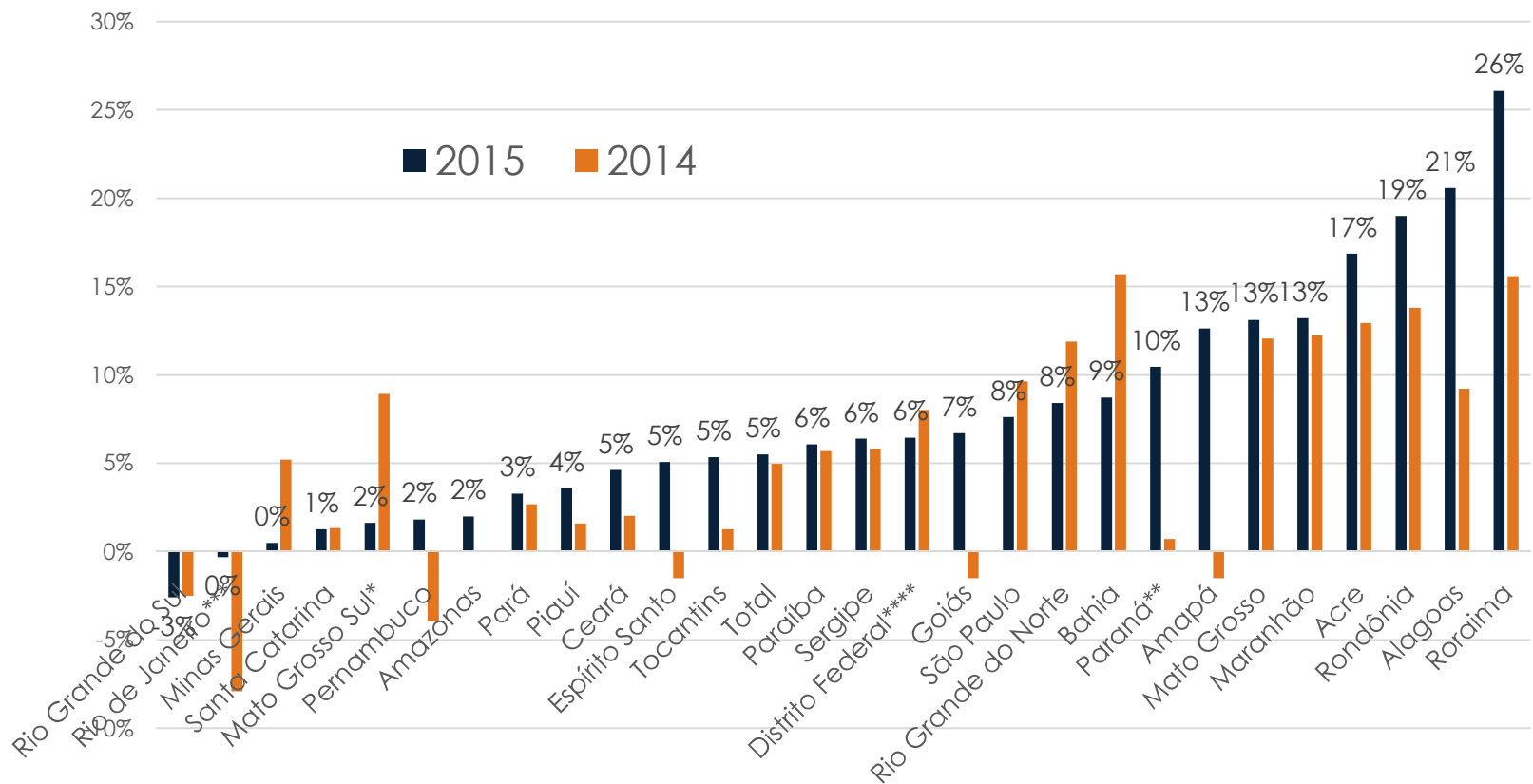
Investimentos, acumulado até 4 bimestre 2015, variação anual



Fonte: RREO, Secretaria do Tesouro Nacional  
Elaboração Própria

# Melhora do primário fruto dos cortes dos investimentos

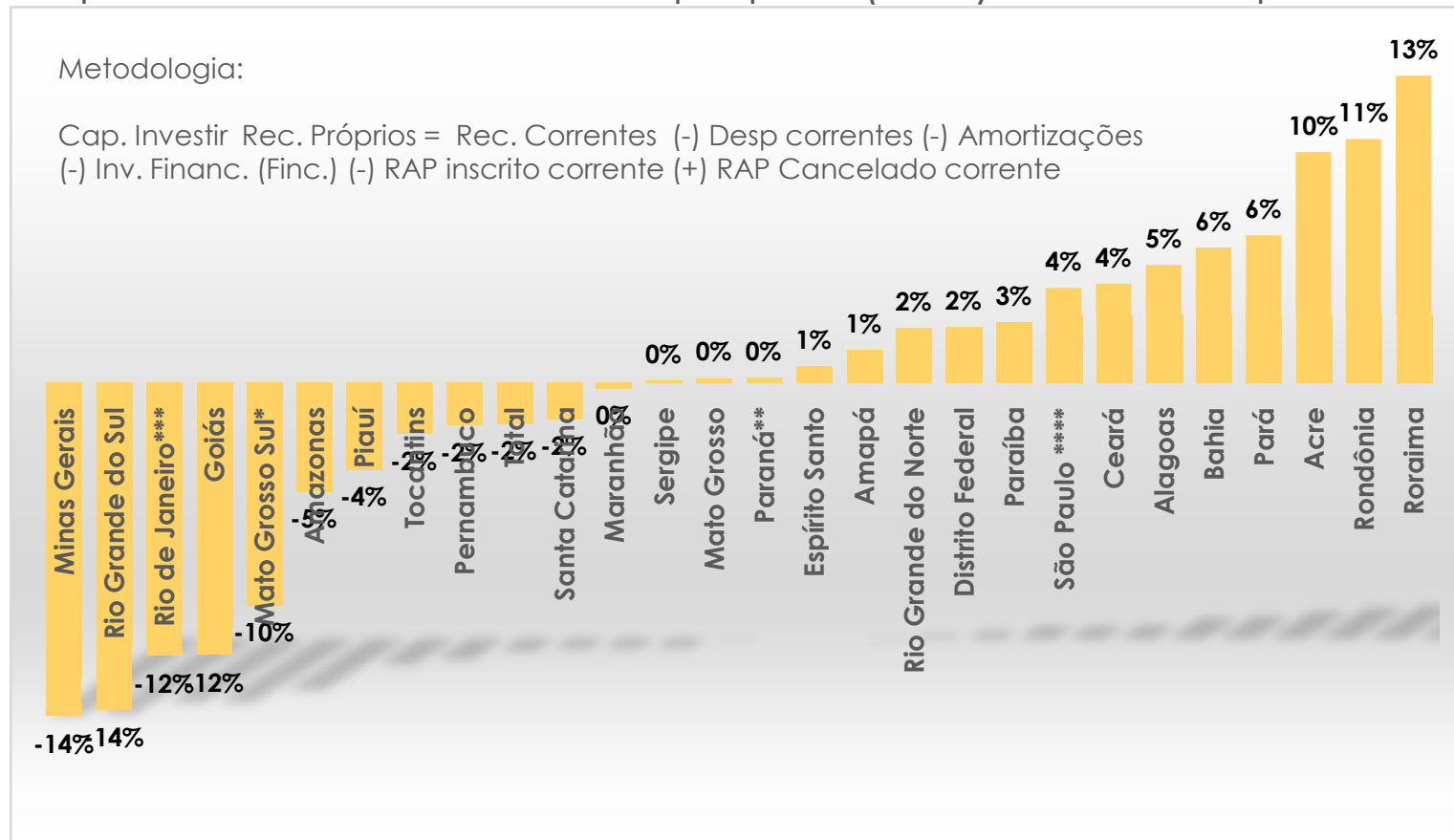
Resultado primário reportado, em % receitas primárias



Fonte: RREO, Secretaria do Tesouro Nacional  
Elaboração Própria

# Estimativa da capacidade financeira de investir com recursos próprios

Capacidade investir recursos próprios (4º bi), % receitas primárias



\* MS: Dados até 3º Bimestre

\*\* PR: Dados não assinados pelo contador

\*\*\* RJ: Depósito judicial de R\$ 6,8 bi classificado como receita corrente (-31%)

\*\*\*\* SP: Não considerou inscrição de R\$ 11 bi em RAP de pessoal (-7%)

\*\*\*\*\* MG e RS: Também receberam depósitos judiciais de R\$ 2 bi e R\$ 1,8 bi respectivamente

Fonte: RREO, Secretaria do Tesouro Nacional

Cálculo e Elaboração Própria

# Quais as perspectivas para 2016 (cenário de mercado)?

- I. Retração da atividade econômica (-2%)**
- II. Compensada parcialmente pela alta dos preços**
  - **IPCA (6,5%)**
  - **Administrados (7%)**
- III. Incapacidade de enxugamento da máquina**
- IV. Retração dos investimentos**
- V. Problemas financeiros (atrasos mais frequentes na folha de pagamento)**
- VI. Possibilidade de alívio: repatriação de recursos**

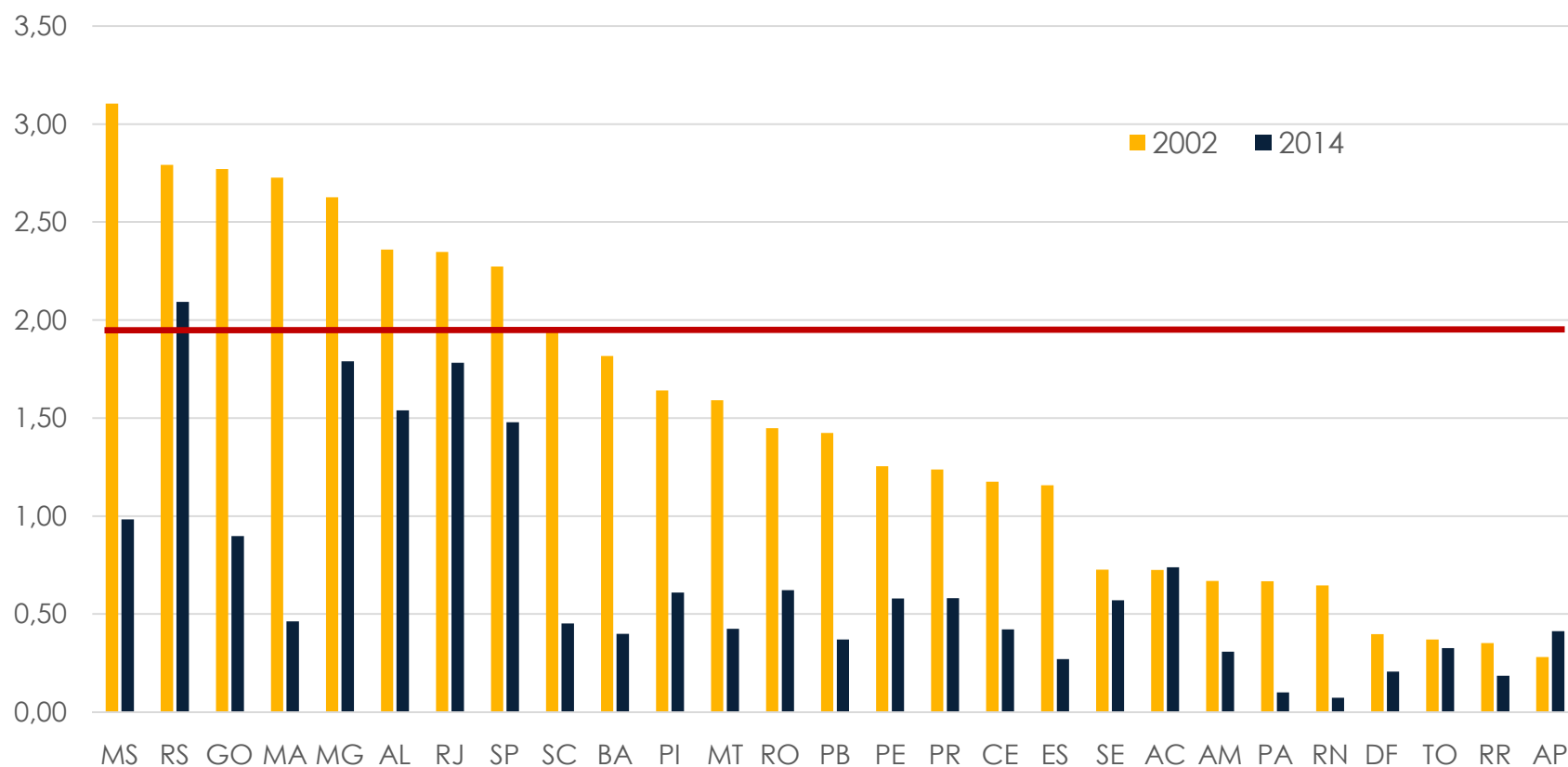
# Quais problemas já foram diagnosticados e as medidas serem endereçadas?

- I. Marco legal apresenta ainda critérios frouxos:**
  - Limites de endividamento
  - Limite concessão de garantias do Governo Federal
  - Permissão de excepcionalidades na concessão de garantias
  - Concessão de aumento despesas de pessoal após o mandato (PLS 389/2015)
- II. Falta de padronização dos critérios para aplicação da LRF**
- III. Reforma estrutural dos gastos públicos**
- IV. Reformas gerenciais do setor público**



# Marco legal ainda apresenta critérios frouxos: endividamento, garantias (GF), excepcionalidades e aumentos salariais

Dívida consolidada líquida, em % da receita corrente líquida



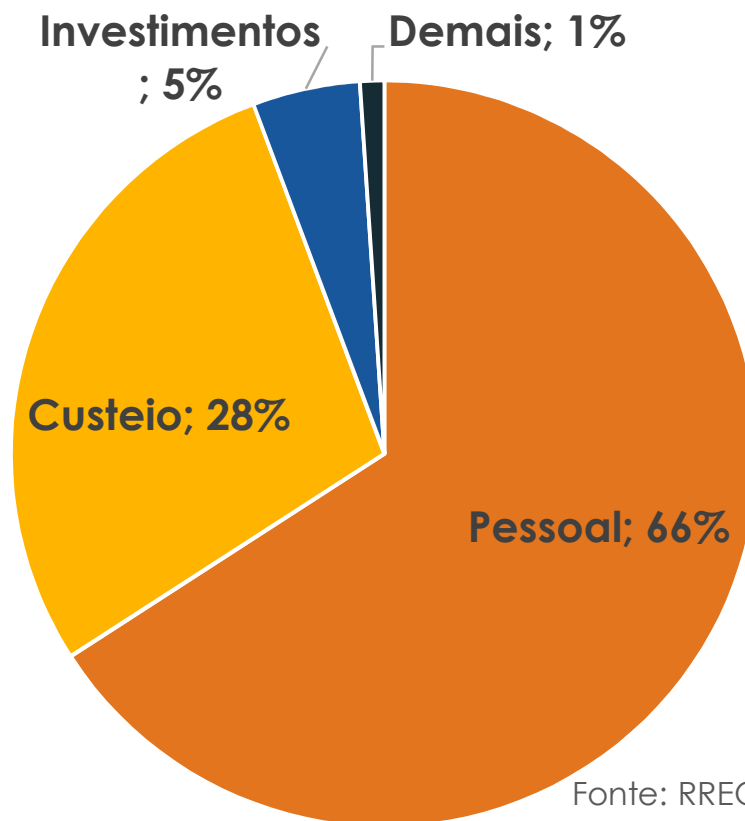
Fonte: RREO, Secretaria do Tesouro Nacional  
Elaboração Própria

# Falta de padronização dos critérios de aplicação da LRF (CGF ou Lei)

- I. Melhorar definição de receitas para fins de apuração do limite de pessoal**
- II. Estabelecer definição apropriada para despesas de pessoal**
  - Despesas de inativos e pensionistas
  - Imposto de renda retido na fonte
  - Benefícios e auxílios
  - Sentenças judiciais
- III. Regras de apuração do resultado primário**
  - Despesas primárias que não impactam o primário (investimentos)
  - Depósitos judiciais
  - Antecipação de recebíveis
- IV. Padronização da contabilidade pública**

# Reforma estrutural dos gastos: o setor público chegando ao seu limite

Composição do gasto primário estadual, em % do total das despesas primárias (ex. transferências), dados acumulados até o 4º bimestre



Fonte: RREO, Secretaria do Tesouro Nacional  
Elaboração Própria

# Pontos mais relevantes para a reforma estrutural

## **I. Controle do gasto de pessoal:**

- **Aplicabilidade dos critérios de exoneração (CF e LRF)**
- **Aplicabilidade da redução da jornada de trabalho e vencimentos**
- **Normatização do direito de greve do servidor**
- **Critérios para reajustes salariais**

## **II. Regras de Aposentadorias**

- **Idade mínima de 65 anos para homens e mulheres**
- **Revisão de aposentadorias especiais (militares e professores)**
- **Revisão do sistema de pensões**

## **III. Custeio: flexibilização das regras de aplicação mínima para permitir que ente possa poupar em períodos de “vacas gordas” para usar nos períodos de “vacas magras”**

# Revisão das regras gerenciais do setor público (Relatório PLS 229/2009 “Nova Lei das Finanças Públicas”)

- I. Maior realismo orçamentário**
- II. Capacidade de planejamento fiscal**
- III. Fundamentação técnica dos projetos de investimentos (Banco de Projetos)**
- IV. Limitação da inscrição de restos a pagar**
- V. Reforço nos instrumentos de avaliação dos programas**
- VI. Convergência da contabilidade aos padrões internacionais**

# Revisão das regras gerenciais do setor público

## I. “*Building on Basics*”

- Focar nas atividades essenciais do estado
- Focar no atendimento ao cidadão (*front office*)
- Integrar melhor a formulação e a execução
- Fusão de órgãos públicos
- Controle e avaliação por meio do diálogo permanente
- Compartilhamento dos serviços de suporte

## II. Adotar novas tecnologias nos sistemas de compras

## III. Melhorar coordenação entre órgãos do governo

*“Insanidade é continuar a fazer  
as mesmas coisas e esperar  
resultados diferentes”*

*Albert Einstein*

Artigos de Referência:  
[www.pedrojucamaciel.com](http://www.pedrojucamaciel.com)

Informações ou sugestões:  
[pedrojucamaciel@gmail.com](mailto:pedrojucamaciel@gmail.com)